

REVISTA DE
ESTUDOS E
INVESTIGAÇÕES
ANTROPOLÓGICAS

Presença trans e travesti na antropologia

Azzy Melo de Sousa¹ 

Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Redenção – CE – Brasil

Resumo

O diálogo da mesa quatro do I Seminário de Antropologia do Centro-Oeste: retomadas e resistências no Brasil contemporâneo – antropologias, contra-epistemologias e pesquisas de antropólogas trans – será base para repensarmos como pessoas transexuais ocupam os espaços acadêmicos e do saber. Este artigo percebe a inserção de pessoas trans e travestis no debate da antropologia do Brasil, questionando como os conceitos de conhecimento, epistemologia e quem tem direito de falar perpassam por uma elaboração ocidental e binária. O objetivo é investigar como as experiências de mulheres trans e travestis mudam as perspectivas de análise para a antropologia. Os escritos enfatizam que pessoas trans não rompem apenas com a antropologia clássica, mas desafiam as perspectivas epistemológicas e ontológicas atuais. Assim, incluir essas narrativas no escopo antropológico amplia o campo para abordar questões de interseccionalidade, colonialismo e agência no contexto pós-contemporâneo.

Palavras-chave: trans; decolonidade; epistemologia; ontologia.

1 Graduada em design-moda na Universidade Federal do Ceará (UFC), especialista em direitos humanos, gênero e sexualidade pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca ENSP (FIOCRUZ / RJ). Mestranda em Antropologia (UFC/UNILAB) e no curso de licenciatura em história (UNILAB). Email: contatoazzymelo@gmail.com.

Introdução

O debate sobre identidades de gênero no campo da antropologia e dos estudos decoloniais², antirracistas³ e interseccionalidade⁴ tem se consolidado como uma área central para compreendermos as dinâmicas sociais contemporâneas, especialmente no que diz respeito à desconstrução de categorias “universais” e à valorização de epistemologias marginalizadas (Lugones, 2007; Butler, 1990; Crenshaw, 1989). María Lugones (2007) avança nesse debate ao propor o conceito de “colonialidade de gênero”, que articula como o sistema moderno/colonial não impôs apenas uma divisão binária de gênero, mas também uma sexualidade heteronormativa que exclui outras formas de subjetividade e existência. Diante da lógica da autora, as experiências de mulheres indígenas, negras e “trans”⁵ não podem ser analisadas sem reconhecer as interseções entre raça, gênero e sexualidade, destacando as formas como essas identidades resistem às imposições coloniais.

A entrada de vozes trans e travestis na discussão sobre descolonização da antropologia pode ser exemplificada pela realização do “I Seminário de Antropologia do Centro-Oeste: retomadas e resistências no Brasil contemporâneo”, que aconteceu entre os dias 03 a 05/08/2022, o evento foi idealizado e organizado pelo PPGAS-UFG, em cooperação com PPGAnt-UFGD, PPGAS-DAN-UnB, PPGAS-UFMS e PPGAS-UFMT, que tinha como objetivo o desenvolvimento acadêmico em prol do fortalecimento da antropologia no centro-oeste brasileiro. Essa colaboração ocorre em um cenário contemporâneo, em que demandas sociais são colocadas e a tentativa de equiparações afetam diretamente os cursos em diálogo nos programas de pós-graduação e instituições.

Os caminhos de análise das experiências de mulheres trans e travestis na antropologia apresentam desafios para a compreensão do que já foi produzido, principalmente a sua formação

2 Segundo a autora Santos (2024) os estudos decoloniais fazem parte de uma conjuntura historiográfica e histórico, que é alimentada pelas crises sociais causadas pelas políticas neoliberais que foram recrudescidas na década de 1990, em toda a América Latina, embora originadas, desde sempre, pelo sistema capitalista.

3 “O antirracismo é uma luta nossa”, como discutido por Ribeiro (2019: 15) podemos pensar o antirracismo com as práticas culturais de questionamentos sobre a estrutura racista, em que se vem a toda as perspectivas históricas sobre escravidão e como o sistema vem se beneficiando economicamente por toda a população branca, ao passo que a negra, tratada como mercadoria, não teve acesso a direitos básicos e às distribuição de riquezas.

4 Em detrimento às demandas do século XXI, Collins (2021) propõe a interseccionalidade como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

5 Em alguns momentos, usarei o termo “trans” para me referir visando englobar uma multiplicidade de diferentes corpos e identidades (travesti, mulher trans, homem trans, transmasculino, boyceta, não-binário, agênero, gênero fluídos). É importante situar a palavra “travesti” recorrida em vários momentos ligado a um processo social e político diante da invisibilizada por estar associada à marginalização. Nosso objetivo é resgatar a representação e a força política que essa palavra carrega para quem se identifica com ela.



no século XX, mas a sua entrada na composição do conhecimento contribui para o avanços teóricos, metodológicos e epistemológicos. Apresentado aqui como uma tentativa de questionar os paradigmas cisnormativos⁶ e coloniais que historicamente têm moldado o saber antropológico. Essas vivências trazem consigo a interseccionalidade de gênero, etnicidade, territorialidade e resistência, colocando à prova aquelas análises que privilegiam apenas um ou outro elemento e que, por muito tempo, reduziram as subjetividades indígenas e trans a representações essencializadas ou exóticas.

Guiaremos a investigação a partir das vivências de mulheres trans e travestis pesquisadoras em antropologia para pensarmos sua ontologia e epistemologia. Através de uma análise qualitativa, buscou-se compreender como essas mulheres vivenciam esse espaço acadêmico, quais significados e de que forma isso impacta na construção de suas trajetórias e na reafirmação de suas subjetividades. A análise do discurso, apesar de ser um conceito amplamente utilizado, a sua forma de análise é multisituada, heterogênea e localizada em diferentes campos de pesquisa. Para analisar o material disponível no YouTube, usamos a análise de conteúdo proposta pela Bardin (2016), essa metodologia da comunicação nos orientou sobre as técnicas analíticas para a interpretação das informações apresentadas pelas participantes, alinhando-se aos interesses da antropologia.

Além de interlocutoras, que permitiram a realização das pesquisas, suas pesquisas foram incluídas nas análises, isso enriqueceu o trabalho pois a narrativa apresentada na mesa dialoga com suas teses ou dissertações. Por outro lado, o ato de investigação de tais realidades parte do lugar de fala de uma travesti pesquisadora que enfrenta os desafios de uma pós-graduação, inserindo-se em debates sobre vivências pessoais, posicionamento político e epistemológico. Esse lugar de enunciação rompe com as ideias reivindicadas pela ciência tradicional, indo em contato com análises que dialogam diretamente com as experiências vividas. Falo não como uma mulher cisgênero, mas enquanto uma travesti periférica, pobre, em que os espaços sociais foram limitados e com poucas oportunidades, e em que o mercado do sexo sempre esteve aberto.

6 Vergueiro (2015) propõe a categoria analítica 'cisnormatividade' tentar compreender as relações de gênero, para isso, descrevendo-a a partir de três aspectos principais: pré-discursividade, binariedade e permanência (ou imutabilidade) dos gêneros. A operacionalização da cisnormatividade leva a fimco as características corporais associadas ao "sexo biológico" como naturais e objetivas, utilizando-as como base para definir o sexo-gênero. É por meio dessa lógica que os corpos considerados 'normais' se encaixam em um sistema binário, no qual 'macho' corresponde a 'homem' e 'fêmea' a 'mulher', associando o sexo biológico ao gênero cultural. Para além disso, a permanência reforça a ideia de que a identidade de gênero atribuída no nascimento deve permanecer a mesma ao longo da vida, sustentada pelas expectativas de comportamento e papel social vinculadas a homens e mulheres.



A realização do trabalho sugere que o controle sobre o gênero e os corpos estão ligados aos objetivos de exploração econômica e imposição cultural da sociedade colonial. Nesse contexto, o modelo de família e moral cristã ibérica serviu como instrumento de dominação, promovendo a assimilação forçada ou a eliminação de práticas que desafiavam a ordem estabelecida. Essa crença de que devemos importar o modelo de desenvolvimento dos países do norte global é defendida por Grunvald (2017), de que certas ideias representam o ideal de civilização a ser alcançado, o que implica que nossos próprios valores são arcaicos, nossos costumes, bárbaros e nossos pensamentos meras concepções equivocadas sobre o mundo. Conseqüentemente, nossas questões seriam apenas subjetivas, incapazes de atingir a objetividade do discurso científico.

O diálogo contra-hegemônico dos corpos na antropologia

Na antropologia, para a compreensão das identidades de gênero faremos um recorte temporal de como essas categorias ganham formato diante das críticas atuais, como destacado por Butler (1990), complementando os ideais de Foucault (1988), que problematiza o caráter performativo do gênero, desconectando-o de uma base biológica fixa. Essa abordagem dialoga com os estudos decoloniais ao questionar a imposição de categorias de gênero e sexualidade eurocêntricas durante o colonialismo. Aníbal Quijano (2000) introduziu o conceito de “colonialidade do poder”, que inclui a naturalização de um sistema binário de gênero como parte do processo de dominação colonial. Essa estrutura colonial atuou e atua na organização das hierarquias raciais, de gênero e de sexualidade nas sociedades colonizadas.

Assim, o diálogo entre a antropologia, gênero e os estudos decoloniais questiona as narrativas hegemônicas sobre gênero e sexualidade, diante de uma pluralidade que valorize as epistemologias do sul global (Santos, 2010). Isso inclui a valorização das práticas e saberes de sujeitos historicamente marginalizados, como mulheres trans, travestis e comunidades LGBTQIA+ racializadas, que criam estratégias de resistência frente à persistência das hierarquias coloniais. Esse debate não apenas desestabiliza as categorias tradicionais de análise, mas também aponta para a necessidade de práticas teóricas e políticas que questionem as bases estruturantes da modernidade/colonialidade.

A descolonização é inseparável de um debate sobre corpos. Atualmente, o corpo e a sexualidade centram a transformação industrial tal qual a fábrica ocupou no século XIX. Enquanto os pobres, marginalizados e sem pátria se levantam em revolução, os poderosos contra-atacam, tentando dominar até mesmo o direito de viver e existir (Preciado, 2020). Dessa forma, a



dominação dos corpos podem influenciar sobre a construção do corpo, descrita por Le Breton (2011), aquela que é moldada por emoções, sentidos e aparência. O corpo é, em essência, uma matéria social, mais do que isso, é uma vasta construção social e cultural.

Louro (1999) demonstra que a atribuição de gênero feminino ou masculino é um processo culturalmente situado, marcado pelas normas e valores de cada sociedade. Essa inscrição nos corpos nunca ocorre de forma neutra, mas reflete hierarquias e expectativas sociais. O mesmo se aplica às expressões da sexualidade, os desejos, prazeres e suas manifestações são sempre regulados e interpretados através de códigos culturais. A existência generificada ou experiência sexual escapa a essa mediação simbólica, que as define, classifica e, frequentemente, limita. Assim, tanto o gênero quanto a sexualidade emergem como construções sociais, e não como verdades naturais ou biológicas.

A relação entre gênero e sexualidade deve ser um tema do “pós-colonialismo” para pensar esse momento histórico posterior aos processos de descolonização do chamado terceiro mundo (Ballestrin, 2013). Essa ideia está relacionada à independência, libertação e emancipação das sociedades submetidas à exploração pelo imperialismo e pelo neocolonialismo, com destaque para os continentes asiático e africano. Segundo o professor de sociologia Costa (2006) o pós-colonialismo, converge em torno de alguns aspectos centrais: o caráter discursivo do social, o descentramento das narrativas e dos sujeitos contemporâneos, o método de desconstrução dos essencialismos e a proposta de uma epistemologia crítica às concepções dominantes de modernidade.

Esse debate sobre nossos corpos no contexto da descolonização é mediado diante do poder exercido neles. Expresso pela “colonialidade do poder”, conceito desenvolvido originalmente por Quijano (1989), amplamente utilizado pelo grupo de antropólogos da América Latina, em uma constatação simples, isto é, de que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não acabaram com a destruição do colonialismo. Fundido pela imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do dito padrão de poder, opera nas dimensões materiais, na existência social cotidiana e da escala social (Quijano, 2000).

Refletir sobre essa questão a partir dos autores decoloniais, e dos limites inerentes a esse campo teórico, talvez ofereça um caminho de resposta a partir do termo “Giro decolonial”, por Maldonado-Torres (2008), que significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade. Diante dessa perspectiva, decolonizar a teoria, em especial a teoria política, é um dos passos para decolonização do próprio poder. A



decolonização representa tanto uma análise crítica quanto uma projeção futura que se distancia do enfoque predominante no pós-colonialismo tradicional, abrangendo as dimensões ligadas à colonialidade do ser, do saber e do poder.

Nossa presença, como corpos trans que adentram a universidade já é, em si, uma prática contra-hegemônica. Corpos contra-hegemônicos cujas existências é uma resposta ao neoliberalismo, aos sistemas de visibilidade e protagonismo em nossa história. A contra-hegemonia que se coloca contrária à hegemonia de práticas, saberes e valores culturais europeus, provenientes de nossa colonização, e à ordem estabelecida pelos detentores do poder, e a decolonialidade, que valoriza narrativas plurais, provenientes dos povos marginalizados do período colonial (Boaventura, 2010)

A nossa própria narrativa é nosso elemento de luta, seja ela na antropologia, seja na busca por direitos à saúde, dignidade e a vida. Crispim (2022) nos orienta sobre isso, a necessidade de pensar a construção de narrativas contra-hegemônicas e na elaboração de um currículo decolonial. Seu estudo possibilitou examinar a trajetória da educação brasileira que, desde a colônia, foi estruturada para reforçar hierarquias étnico-raciais, privilegiando a população branca enquanto sistematicamente excluía a população negra do acesso a direitos, aprofundando assim as desigualdades sociais.

Contribuições de um saber feito por travesti na antropologia

No Brasil, mesmo com a redução de 16% nas mortes em 2024, a violência contra a população trans permanece. Pelo 16º ano consecutivo, o país lidera os índices globais de assassinatos dessa população, sendo suas principais vítimas mulheres trans, jovens, negras e nordestinas⁷. Para além desses dados, é por meio do acesso à educação, por meio de ações afirmativas que entramos na acadêmica e que usamos de forma política nossa realidade para ocupar esse lugar, na antropologia não é diferente. E muita coisa mudou quando esses corpos entraram na academia.

Sabemos que várias travestis nos ajudam a pensar o campo da antropologia como Letícia Nascimento (2021) que entrelaça sua trajetória pessoal com as experiências coletivas de outras mulheres trans e travestis, num movimento que tanto busca visibilidade, quanto afirma o direito à autodeterminação. Viviane Simakawa (2015) que em sua obra fundamenta a cisgeneridade (identidade alinhada ao gênero atribuído ao nascer) e a cisnormatividade (sistema que naturaliza corpos cis como padrão), e demonstra sua relevância para análises políticas, acadêmicas e

7 <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-e-travestis-aponta-dossie/>



existenciais sobre diversidades de gênero e corporalidades. Megg Rayara Gomes de Oliveira (2017) pensou sobre os fatores que influenciam positivamente a subjetivação de gays afeminados, viados e bichas pretas na escola, investigando como esses elementos são mobilizados em contextos educacionais cis-heteronormativos. E Jaqueline Gomes de Jesus (2019) fala sobre identidades de gênero que desafiam normas sociais e são sistematicamente patologizadas, marginalizadas e alvo de violências que culminam em assassinatos, assim com as configuração de crimes de ódio que reproduzem a lógica patriarcal da violência de gênero.

Desejo a partir de agora reverenciar autoras travestis que estão ligadas diretamente ao campo teórico e prático da antropologia. Dessa maneira, uma das primeiras que vem a minha cabeça é Deidiane Souza que, ao longo do seu trabalho, nos alerta sobre como precisamos rememorar nossos percursos, no caso dela, o ativismo, suas experiências na construção de sua travestilidade, e o quão isso faz parte do processo olhar para si, assim como entender nossos campos de pesquisa na Antropologia. Em sua pesquisa, Souza (2024) escreve sobre o caso Dandara, pelo jornal *O povo*, articulando uma análise com base na travestilidade diante de um compromisso político, teórico e afetivo com o que aborda em seu livro *Irmandades Travestis e Teoria das Ruas*. Deidiane fala de violência, essa que determina quem vive e quem morre, quais subjetividades naturalizadas e quais têm os direitos violados. Reflete sobre quais corpos podem ser violados, desmatados e descartados sem gerar grandes questionamentos ou indignações.

Ewa Niara Rodrigues Correia (2023) nos levanta a pensar sobre o desafio aqui de reconhecer as identidades sem fixá-las, mas também sem esvaziar seu significado, considerando que a presença dessas identidades gera impactos tanto internos quanto externos na vida de cada pessoa. Uma das reflexões que tive ao ler Correia (2023) é o fazer antropológico a partir da arte, essa que funciona como espaço de escape. É na construção desse espaço onde torna-se possível explorar as fissuras do *cissistema* colonial ou até mesmo habitar essas rupturas, quem sabe iniciando os reparos necessários, talvez não na estrutura maior, mas em nós mesmas.

Sol Lima examinou as iniciativas do Museu da Imagem e do Som do Ceará (MIS/CE) em 2023 e 2024, que visou reimaginar a presença de travestis no espaço museológico. A análise focou, em particular, no primeiro Ateliê de Criação (Tecnologias Transvestigêneres). Este atelier foi uma iniciativa do Programa Trair o CISTema, coordenado por um coletivo de arte-educadoras travestis. O que se pensa a partir do seu trabalho é o questionamento das narrativas dominantes e destacam a importância da ocupação dos espaços públicos por grupos historicamente marginalizados. Lima (2025) fala da disputa pela memória que vai além da correção de uma injustiça do passado, trata-se



também de um processo ativo de construção de futuros. Dessa forma, a memória torna-se uma prática política para além do passado, isso impacta nas nossas formulações sobre presente e passado.

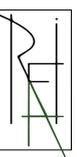
Vi Grunvald (2015) em sua pesquisa antropológica, desenvolve uma tese sobre as políticas e poéticas do travestimento. O estudo centra-se nos regimes de produção de imagens/corpo gerados através do uso performativo de vestimentas associadas a outro gênero. A autora propõe uma antropologia da arte contemporânea engajada com as dissidências de gênero, abrindo um campo ainda marginal na disciplina. Em paralelo, investiga as ressignificações políticas do termo *queer* no Norte Global como tática de subversão discursiva. Essas análises compreendem o campo da colonialidade enquanto matriz estruturante de assimetrias de poder, dessa maneira se reatualiza na contemporaneidade, moldando corpos, epistemes e subjetividades.

Pietra Paiva (2020) analisou o descentramento inerentes às performances identitárias, a apropriação de símbolos, as dinâmicas de tratamento interpessoal e a ocupação de espaços generificados do sertão rural/interiorano norte-rio-grandense. A autoridade é um elemento da pesquisa, examinou-se as visibilidades sociais e as formas de sociabilidade construídas nos contextos observados. Por um lado, evidenciam agencialidades que permeiam as travestilidades, ampliando a noção das expressões travestis brasileiras e nordestinas. Nesse cenário etnográfico, Paiva (2020) percebe a construção de uma identidade feminina que lida com os pelos nos corpos com desprendimento das cobranças da feminilidade hegemônica, a partir de noções como familiaridade, segurança, circulação, gestão do anonimato e prostituição.

As antropólogas citadas, em sua maioria nordestinas, negras, artistas e travestis, ocupam um lugar na seara da antropologia brasileira. Seus trabalhos demonstram como travestis e mulheres trans, historicamente marginalizadas, tornaram-se produtoras de conhecimento, reinventando a disciplina a partir de seus próprios corpos. Somos ao mesmo tempo sujeitos, interlocutoras e teóricas dessa transformação epistêmica, reconhecemos que nossa escrita não se separa dos contextos que estamos inseridas, indo contra um sistema colonial, que nos aprisiona.

Mesa quatro: antropologia, contra-epistemologia e investigações de antropólogas trans e travestis

O seminário de antropologia do centro-oeste, no dia 4 de agosto de 2022, reuniu-se um grupo de pesquisadoras para debater antropologia e experiências trans em uma mesa-redonda acadêmica de forma virtual e disponível no *Youtube*. Coordenada por Larissa Engelman



(PPGAS/UFG), o evento contou com exposições de Luz Gonçalves Brito (UFG/UFRGS) sobre epistemologias trans, Ariel Dorneles (UFMS/UFG) analisando discursos de transformação social, Iêda Figueiró (UFG) refletindo sobre arte e plenitude ontológica, e Kiga Boé (UFMS), com mediação crítica da Profa. Dra. Vi Grunvald (UFRGS). Os diálogos, registrados e posteriormente analisados, orientaram os avanços dessa pesquisa sobre corporeidades, políticas de existência e os desafios de produzir conhecimento a partir de corpos trans dissidentes. A pesquisa se limitou às reflexões trazidas pelas expositoras, mas não se deixou de fora das reflexões apresentadas pela debatedora Profa. Dra. Vi Grunvald (UFRGS) e Larissa Engelman (PPGAS/UFG) na construção do texto.

A mesa se inicia com as saudações da mediadora Larissa Engelman e uma fase fica bem evidente: “Estou encantada com tudo isso, só travestis na minha frente! Acho que é o primeiro momento acadêmico em que eu me percebo assim”. O que ela fala é sobre pessoas trans não se vêem representadas em certos espaços, como no meio acadêmico, onde ainda são exceção. Conta que, certa vez, uma professora trans entrou em uma sala de aula e, ao ver alunas trans entre os estudantes, viveu uma das melhores experiências de sua vida. Aquele ambiente instantaneamente se tornou mais seguro, pois ali estavam pessoas que realmente entendiam como é estar em sua pele.

Luz Gonçalves Brito

A primeira a falar na mesa é Luz, ao discorrer sobre os problemas relacionados ao feminismo radical que colocou à prova a exclusão da existência de pessoas trans e travestis, vivências essas que desafiam a lógica binária e por vezes é incompreendido. A pesquisadora afirma que a transfobia é também um problema “epistemológico”, dessa forma, a transfobia é, entre outras coisas, o ódio culturalmente compartilhado em relação às pessoas trans. Ao dizermos “culturalmente compartilhado” assumimos dois aspectos da transfobia: o primeiro, que ela é ensinada e produzida por meio de processos de aprendizagem cultural; o segundo, que ela é construída socialmente, e somente assim ela pode ser desmantelada. Aqui se constrói o que chamamos de abjeção a corpos trans que, para Puhl (2025), são consideradas ininteligíveis sob a ótica de uma estrutura que se reproduz pela e na diferença sexual e de gênero. Assim, ocupam um não-espço neste ordenamento constituído pela cis-heteronormatividade colonial e patriarcal.

A lógica colonial e patriarcal atinge a linguagem, em que homens ou mulheres passam pela dificuldade de terem os seus pronomes respeitados e isso, ainda, fica complexo quando se trata das



peças não-binárias que reivindicam outras categorias para além do construto binário do gênero. A linguagem pode ser um meio de expressão, por isso, a simples rejeição por parte de pessoas cis em entender a necessidade de outra linguagem também se torna uma questão epistemológica. Em sua tese de doutorado, a autora Brito (2021) teve o objetivo teórico de promover uma compreensão monista da pessoa e do mundo, reconhecendo a superação do conceito de sociedade. Sua intenção foi ir além de simplesmente propor uma terminologia alternativa para compreender indivíduo e sociedade, buscando fomentar, nutrir e sustentar uma epistemologia do social que rejeite a criação de novas dicotomias binárias e excludentes.

A descolonização, tanto em pensamento quanto em prática, questiona as estruturas do padrão de poder dominante e o paradigma colonial do saber. O pensamento hegemônico que, segundo Quijano (2005), concebem a modernidade e a racionalidade como experiência humana. Ao afirmar que a transfobia é um problema epistemológico relacionado também a um problema ontológico, Luz repensa o modo como conhecemos o mundo, as categorias que usamos para descrevê-lo e os marcos conceituais dentro dos quais é possível conhecer e descrever no mundo. São os espelhos daquilo que acreditamos ser real. O real não é apenas dual, se assim o fosse, haveria o entendimento das nuances da dualidade que sempre revela uma multiplicidade verificável no mundo e na experiência do mundo.

Então, o acontece aqui, para o pensamento euro americano é a concepção do real como binário, ou seja, nosso pensamento tende a separar a realidade por meio de categorias oposicionais desconsiderando a multiplicidade experiencial. Como a antropologia pós-estruturalista nos auxilia a desfazer o equívoco epistemológico às normas dualistas e dicotomias, perceber que a construção cultural de gênero está na relação estabelecida entre as categorias homem e mulher. Em sua fala, Luz fala que pessoas trans não binárias experienciam a transgeneridade subvertendo as fronteiras do gênero, a existência das pessoas não-binárias é o pós-estruturalismo em ação.

Sobre teorias feministas, a transexualidade, transgeneridade e a travestilidade desmontam as categorias binárias e as expectativas de papéis de gênero e padrões de gênero subjacentes. A experiência trans transforma um novo entendimento do sistema sexo/gênero, pois nos desafia a reconhecer a mutabilidade do gênero historicamente construído e por isso mesmo naturalmente mutável. A fim de abordar essa questão, partimos do pressuposto de que a sociedade se manifesta no indivíduo e que a mudança individual acarreta a mudança social. Outro ponto é a concepção de que o humano é parte da natureza, e a natureza é parte do humano (Brito, 2021).



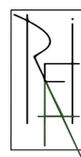
Ariel Dorneles dos Santos

Ao iniciar sua fala, Ariel celebrou o prazer de participar de uma mesa totalmente composta e organizada por pessoas trans, descrevendo a experiência como revolucionária. Interpreto que a presença protagônica de pessoas trans na academia se configura como um processo de contracolônização, um esforço que, segundo Bispo (2015), tenta preservar os próprios símbolos, significados e modos de vida, ao mesmo tempo em que defende os territórios e as identidades culturais contra a opressão. Ela prosseguiu argumentando que, em vez de tentar “convencer” a nação brasileira de um conceito que considera impossível de ser alterado em sua forma atual, a alternativa não seria destruí-la, o que também seria impraticável dada sua força, mas sim confundir essa noção.

A fala de Ariel se alinha à argumentação de Mombaça (2021) de que a violência não é uma anômala, mas sim um componente estruturante das desigualdades sociais, parte de um projeto mais amplo de extermínio e normalização baseado em diferenciações racistas, sexistas, classistas, cissupremacistas e heteronormativas. Quando questionada sobre a reprodução social, Ariel ressalta que pessoas trans estão inseridas na mesma nação, sistema e cultura. Dessa forma, ela explica que é “super natural a gente reproduzir” esse sistema. Diante da impossibilidade de destruir o conceito de nação, sua proposta é “borrar” e “fazer uma bagunça”. Ela questiona essa premissa interna à experiência travesti, ao indagar: “travesti não é bagunça, gente como travesti não é bagunça?”.

Corpos trans são aqui entendidos, o que é defendido por Santos (2021), por uma força polissêmica, destacando como as experiências dos/das sujeitos/sujeitas trans são produzidas e negociadas no espaço social. Nesse contexto, a ideia de corpo-território nos possibilita uma transição de uma perspectiva identitária para uma forma de ser e estar no mundo, marcada por desejos, saberes, poderes e práticas que estão sempre situados historicamente e culturalmente (Haraway, 1995).

Ariel utiliza a categoria êmica de que travesti é muitas coisas, mas “também é bagunça”. Ao introduzir essa ideia em espaços sociais e acadêmicos, ela desestabiliza a ordem normativa. Sua proposta é bagunçar, pois, mesmo que não seja possível parar a engrenagem da sociedade da noite para o dia, é possível provocar uma ferrugem. Essa corrosão, em algum momento, será tão intensa que a sociedade precisará parar, refletir e encontrar novas soluções, seja trocando a engrenagem ou resolvendo a ferrugem, algo terá de ser feito. A configuração que vemos aqui é a desobediência epistêmica, ao sugerir que os horizontes desses atos de reestruturação pós-moderna e pós-estruturalista da cosmologia eurocêntrica da modernidade (Mignolo, 2008).



Iêda Figueiró de Oliveira

Iêda abre a discussão sobre a ontologia da existência trans, pois é por meio disso que entendemos o que somos. A questão “Quem somos no mundo?” surge repetidamente e se relaciona diretamente com o conceito de colonialidade do ser. Esse conceito emerge dos efeitos da colonialidade na experiência vivida, afetando não apenas a mente, mas também os corpos de sujeitos (Maldonado-Torres, 2022). Para ela, nossa recepção do mundo é que tudo foi criado a partir de estruturas e que toda a existência do universo a partir dessas é vista pela ótica binária. E é a partir desse ponto que encontramos a lógica de quebrar e bagunçar essas ontologias, alicerce de sobrevivência nesses espaços, para conseguir construir algo novo. Para Oliveira (2021) nossas transformações ontológicas reverberam além de nós mesmos, quando pessoas trans compartilham suas narrativas tecidas a partir de experiências coletivas, ecoam no mundo, criamos ondas de possibilidade. Estas narrativas não apenas inspiram nossa comunidade, mas também rompem a bolha da ignorância, confrontando aqueles que desconhecem nossas existências.

Kilomba (2021) aponta para a existência de uma assimetria no acesso à disseminação do conhecimento, um processo no qual a hegemonia branca impõe sua voz, em um sistema de determinações e relações baseada em poder e raça. Para Iêda, parecia impossível entender uma ontologia, uma resistência trans se faz parte de um grande movimento de construção de consciência de conhecimento colonial que é oposta à memória. É uma tentativa de retomada da memória do que é e do que foi, por exemplo, a história. Perceber o peso dos silêncios de nossas trajetórias espelham silêncios de uma história coletiva que se entrecruzam, são inseparáveis (Oliveira, 2021).

Ao resgatar os impactos da plantation, Kilomba (2021) constroi uma memória história coletiva vivenciada pela pessoa negra que carrega consigo as explorações raciais, as humilhações, as ofensas, os maus-tratos, as dores, revivida nos episódios de racismo cotidiano e que está presente na experiência de mundo do sujeito negro. Nessa lógica da memória, Iêda nos lembra sobre a história travestis brasileiras, como de Xica Manicongo, que a partir de notícias e escritos desde a invasão europeia temos um grande acervo de relatos de antropólogos e antropólogas europeias que tiveram contatos com culturas ameríndias e com culturas africanas que muitas vivências eram não cisgêneras, até às traduções do que foi essa vivência, relatadas por esses pesquisadores que estão por vezes atreladas a uma ideia primordial da impossibilidade de resistência e multiplicidades, muitos séculos se passaram e essa realidade tem se feito presente.



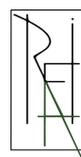
A trajetória da história seguiu e, até o final do século XX, Xica Manicongo ainda era erroneamente interpretada como homossexual. Essa visão, embora compreensível diante das informações limitadas disponíveis na época e da invisibilização e silenciamento impostos à população trans, acabava apagando sua existência enquanto travesti (Jesus, 2019). Essas histórias das travestis que temos notícia é através da perseguição da violência e a matança que aconteceu em inquéritos policiais, mas nunca dá notícia de vida de subjetividade. Iêda tem interesse em saber qual era a comida preferida de Xica, se Xica cantava, o que ela dançava e por aí vai. Infelizmente, não temos muitas notícias dessa outra parte. O cerne do problema reside no estigma que essas figuras enfrentam devido à supressão da memória, um processo diretamente imposto pela colonialidade.

Kiga Bóe

Mulher indígena travesti, pesquisadora Kiga Bóe, da etnia Bóe, onde “falar do Boe é falar também sobre a identidade étnica, da diferença com o outro, da alteridade” (Kiga, 2021). Ela começa falando sobre a importância do espaço acadêmico sendo uma pessoa trans e indígena. Em um contexto de negação da não existência de pessoas LGBTQIAPN+ indígena e é diante desse contexto que a pesquisadora se coloca na posição de continuar a bagunça. No âmbito das relações entre poder e cultura, os povos indígenas, desenvolvemos mecanismos próprios de resistência, que nos permitem enfrentar a sociedade ocidental dominante enquanto preservamos nossa autenticidade cultural (Kiga, 2021).

Kiga, em sua pesquisa, estabelece uma relação das pinturas e o empoderamento, como capa para enfrentar a vida. A relação entre o grafismo e o corpo é de complementaridade, enquanto a pintura facial representa pertencimento, funcionando como uma máscara que expressa nossa identidade. Em particular, a autora sente-se mais confiante e preparada ao realizar alguma representação tradicional, especialmente por meio das pinturas faciais. Embora os adornos do corpo possam ser facilmente removidos, a pintura permanece na pele simbolizando pertencimento. Ela integra esses saberes como uma forma de empoderamento, pertencimento, força e resistência, transmitindo tudo isso do universo tradicional para o conhecimento ocidental dominante (Kiga, 2021).

A associação entre a pintura, a cultura e a sexualidade de seu povo inclui a presença de pessoas gays, afeminadas e trans. Durante os rituais, as mulheres mais velhas, detentoras de maior conhecimento sobre cultura e pintura, frequentemente convidavam essas pessoas para ajudá-las a

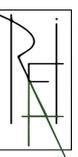


pintar, devido à grande demanda para atender a todos, incluindo demanda das crianças. Elas enxergavam apenas as habilidades de cada um, sem discriminação. A autora descreve essa prática como algo comum entre as mulheres, mas que também pode ser realizada por homens, reconhecendo que é uma prática predominantemente feminina, embora homens também participem e contribuam.

Na sua língua, o termo travesti é usado como identificação, não como uma forma pejorativa ou também endeução das pessoas, mas é uma forma de reconhecimento, demonstrar que as pessoas são diferentes, diferentes, mas com suas semelhanças. História de Tibira, o primeiro caso de homofobia registrado historicamente e antropológicamente no Brasil, em 1614, ele foi amarrado na boca de pinhão e estraçalhado em uma missão religiosa cristã por crime de sodomia. Ela traz esse exemplo para pensar a questão de ser indígena, de fazer essa luta, de resistência desde muito anos antes da colonização em que as práticas sexuais e afetivas homossexuais já existiam, não tinha nada de anormal. Tibira não era indígena, nem gay, nem travesti, nem mesmo Tibira no sentido imposto pela colonização. Sua identidade foi moldada pelas leis de sexualidade criadas pela religião cristã católica apostólica romana, às quais desobedeceu, sendo assim classificado como sodomita.

Os indígenas não binários costumam se referir uns aos outros como Tibira, em alusão a um indígena condenado à morte em São Luís do Maranhão no século XVII, embora não haja consenso sobre a identidade sexual de Tibira, se era homossexual ou travesti. Ela explica que, para eles, o importante é manter viva a memória desse corpo. Ramona Jucá menciona que, durante o encontro no acampamento, os anciãos descobriram a existência da juventude *queer* indígena, representada pelo corpo de Tibira (Gualito, 2023).

Um exemplo que Kiga traz é sobre as pescarias tradicionais. Quando os homens vão pescar, pedem que tragam os peixes e as cascas, que as mulheres preparam antes de serem enviados novamente para os homens. Na casa central, chamada de *baki*, às vezes, ela acompanha os homens, mas em outras ocasiões fica desempenhando uma prática mais associada ao feminino, como cozinhar e preparar os peixes que eles trazem. Todo o preparo é feito para que os alimentos sejam levados de volta à aldeia. Essa prática, geralmente atribuída às mulheres, também realizamos no mato, em conjunto com os homens, e, quando chega à aldeia, ajuda a preparar a comida com minha mãe, sem que isso cause desconforto para ela ou para qualquer outra pessoa. Após o preparo, os alimentos são enviados novamente para a casa central, onde apenas os homens têm acesso, e eu volto para lá, participando desse ciclo.



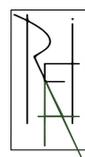
Ela quer mostrar que nossas experiências não são limitadas, pois transitamos entre diferentes espaços de vivência sem dificuldades. Na sua aldeia, temos até um time formado por pessoas gays e lésbicas, chamado *Fênix*, que é muito aclamado quando jogam. Relata que o apoio que pessoas trans recebem vem, em grande parte, das mulheres ao seu redor. Esse fenômeno pode estar relacionado a uma estrutura social matrilinear. Essas mulheres não apenas oferecem incentivo constante, mas também se tornam aliadas na luta contra o machismo. Durante competições ou desafios contra homens, por exemplo, elas estão sempre presentes, torcendo e celebrando cada vitória. Observa ainda uma reação distinta quando homens são derrotados por mulheres: a frustração parece mais intensa do que em derrotas entre eles mesmos, sugerindo a hierarquia de gênero, quando desafiada.

Considerações finais

O capitalismo como um sistema que não apenas organiza a produção econômica, mas também estrutura epistemologias e subjetividades dentro de um contexto global de exploração e diferenciação esteve presente durante o texto. Se para Spivak (2010) “a mulher subalterna não pode falar?”, aqui refaço a pergunta: uma travesti pode falar? A resposta é que ainda que sua resistência se inscreva no próprio corpo ou se afirme de maneira extrema, sua voz não é plenamente reconhecida ou compreendida dentro das estruturas dominantes do saber. Seu discurso, quando proferido, é capturado, traduzido ou distorcido por epistemologias hegemônicas, tornando-se inaudível nos seus próprios termos. Dessa forma, seu silenciamento não é apenas uma ausência de fala, mas um efeito das condições estruturais que definem quem pode ser escutado e em que termos.

O imperialismo colonial se manifesta como uma “violência epistêmica”, uma força que, em termos freudianos, antecede a subjetivação e determina os modos pelos quais os sujeitos são constituídos. Essa violência não apenas molda a produção do conhecimento, trata-se de um fenômeno que não aparece explicitamente no discurso, mas que o permeia e o condiciona, funcionando como um fundo silencioso que delimita os conceitos e narrativas através dos quais o mundo é interpretado.

Na atualidade, “o gênero tornou-se uma das categorias analíticas mais importantes na empreitada acadêmica de descrever o mundo e tarefa política de prescrever soluções” (Oyěwùmí, 2004: 2). Portanto, embora seja difícil desconsiderar a contribuição das feministas ocidentais em nossa busca por compreensão das categorias, é necessário refletir sobre as identidades sociais, os



interesses e as motivações que orientam as produtoras desses saberes. Essa reflexão deve incluir a análise crítica de como tais perspectivas são moldadas por contextos históricos, muitas vezes distantes das realidades que pretendem explicar, assim como, reconhecer as limitações que são apresentadas a esses conhecimentos.

A dominação é feita por todos os lados, regulada e julgada pela sociedade. Essa lógica faz com que uma força antagonista seja criada e cria-se a partir das disputas dentro dos espaços sociais. O preço é alto de sustentar essa realidade para quem foi condicionado a crer que o trabalho é escasso, as oportunidades são limitadas e os estudos são a única saída. Chegamos determinadas a transformar uma sociedade que não apenas desconhece vidas trans, mas ativamente as impede de existir em plenitude. Cada passo dado é uma fissura nessa ordem excludente, uma reivindicação de que nossa experiência não é marginal, mas central na construção de um mundo possível.

Esperávamos aqui trazer respostas concretas às indagações, digo que apenas surgiram outras, já que se fizéssemos apenas uma pergunta para tentá-la responder, cometeremos o erro do não uso da interseccionalidade. Uma pergunta é proporcional a uma resposta, quando falamos de gênero dentro de limites e contextos diversos, as respostas chegam quando olhamos para o todo, sendo o gênero consubstancial de raça, orientação sexual, classe social, geração, etnia, religião, deficiência, território, dentre outros marcadores.

No campo da antropologia queremos propor o que é abordado por Carvalho (2018: 104) “apesar da antropologia estar, em princípio, aberta a investigar qualquer fato humano, maneja uma noção de realidade e objetividade que a transcende, pois lhe chega da tradição acadêmica moderna, ainda profundamente impregnada pelo positivismo do século passado”. Isso sugere que, embora a antropologia busque explorar os aspectos da experiência humana, ela ainda carrega uma visão de realidade que é influenciada por paradigmas que priorizam a objetividade e a verdade universal, conceitos enraizados no pensamento científico positivista.

A epistemologia pode ser entendida como o estudo das origens, das estruturas e dos métodos que orientam o pesquisador ou pesquisadora na construção de um conhecimento. Sua origem, no entanto, não define quem a valida, nem classifica as pessoas. Assim, como podemos validar epistemologicamente as experiências e os escritos das pessoas trans? A epistemologia, enquanto direito de pensar dominante, não apenas deixa de reconhecer certos conhecimentos como válidos, mas frequentemente marginaliza ou invalida saberes de comunidades não normativas, como as pessoas trans.



No modelo colonial moderno e binário, a existência plena exige conformidade com um padrão universal, tornando a alteridade um problema a ser corrigido. Diferenças são toleradas apenas quando ajustadas ou neutralizadas, apagando especificidades culturais. Nesse contexto, pessoas trans, indígena, não brancas e a mulher são consideradas inadequadas ao ideal do universal neutro, sendo minimamente aceitas apenas quando assimiladas ou reinterpretadas segundo moldes globais. Esse sistema, que finge neutralidade, rejeita o que não pode ser generalizado ou valorizado sob um interesse universal (Segato, 2012).

Por fim, trago as contribuições de Ferreira da Silva (2007), nosso trabalho conscientemente se desvia dos discursos que legitimam o apagamento histórico e sistemático de autoras trans, travestis e não binárias no cânone literário brasileiro, um gesto epistemológico que tensiona os alicerces do Mundo Ordenado colonial. A operação conceitual da transsubstancialidade, aqui mobilizada, desestabiliza radicalmente as categorias identitárias fixas desse paradigma, revelando como gênero, raça e sexualidade, longe de serem essências naturais, constituem-se como: (1) artefatos políticos historicamente construídos; (2) tecnologias de poder que materializam hierarquias sociais; e (3) instrumentos de violência epistêmica que seguem operando na contemporaneidade através da exclusão sistemática de corpos dissidentes dos espaços de produção de conhecimento.

Referências

BALLESTRIN, Luciana. 2013. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11: 89-117. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/> (Acesso em: 23/02/25).

BARDIN, Laurence. 2016. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 3. ed. São Paulo: Edições 70.

BISPO, Antônio. 2015. *Colonização, Quilombos: modos e significações*. Brasília: INCT de Inclusão.

BRITO, Luz Gonçalves. 2021. *No labirinto de uma antropologia ambiental: epistemologias ecológicas e espiritualidades em quatro ecovilas brasileiras*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/283248/001138462.pdf?sequence=1&isAllowed=y> (Acesso em: 23/02/25).

BUTLER, Judith. 1990. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge.



- COLLINS, Patricia Hill. 2021. *Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento*. Tradução de Jamille Pinheiro. 1. ed. São Paulo: Boitempo.
- COSTA, Sérgio. 2006. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 60: 117-134. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/qvRBnnndFWrz8ZYLKjPzWpS/?format=pdf> (Acesso em: 28/02/25).
- CRENSHAW, Kimberlé. 1989. Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, n. 1: 139-167.
- CRISPIM, Regina. 2022. Paraty como Cidade Educadora: história decolonial e contra-hegemônica da cidade. 162 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/17662> (Acesso em: 26/01/ 2025).
- NIARA, Ewa. 2023. *Travessias (pós)identitárias: notas em busca das fissuras possíveis*. In: Anais do XI seminário dos alunes do PPGAS-MN/UFRJ, 11. Rio de Janeiro: PPGAS-MN/UFRJ. p. 300-310. Disponível em: <https://seminariodesalunes.wixsite.com/2022/anais-do-semin%C3%A1rio> (Acesso em: 27/03/ 2025).
- SILVA, Denise Ferreira da. 2007. *Toward a global idea of race*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- FOUCAULT, Michel. 1988. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- GRUNVALD, Vi. 2017. Algumas reflexões pessoais sobre a descolonização da queer. In: *Cidade Queer, uma leitora*. Edições Aurora, p. 22-33.
- GRUNVALD, Vi Pinheiro. 2015. *Existências, insistências e travessias: sobre algumas políticas e poéticas de travestimento*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2016.tde-23032016-131857> (Acesso em: 30/01/2025).
- GUALITO, Vic Nehnencayolotzin. 2023. Dossiê “Transmasculinidades e Não-binariedades em Perspectivas Originárias”. *Revista Estudos Transviades*, v. 4, n. 9, dez. ISSN 2764-8133. Disponível em: <https://archive.org/details/ret-masculinidades-e-na-o-binariiedades-em-perspectivas-origina-rias-2023-compressed> (Acesso em: 27/02/ 2025).
- HARAWAY, Donna. 1995. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5: 7-41.
- JESUS, Jaqueline Gomes. 2019. Xica Manicongo: A Transgeneridade Toma a Palavra. *Redoc - Revista Docência e Cibercultura*, v. 3, n. 1, p. 250.
- KILOMBA, Grada. 2021. *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Tradução: Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó.



KIGA, N Leandro Marido. 2021. *Pinturas faciais Boe: máscaras sociais da identidade e alteridade de um povo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4766> (Acesso em: 26/01/ 2025).

LE BRETON, David. 2011. *Antropologia do corpo e modernidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

LIMA, Sol Alves de. 2025. *Sal grosso e terra preta: políticas de memória e inclusão das travestis no Museu da Imagem e do Som do Ceará*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/56764131-5a09-4720-b29e-77d852d0f9ff> (Acesso em: 03/07/ 2025).

LOURO, Guacira Lopes. 1999. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.

LUGONES, María. 2007. Heterárquicas, colonialidade e gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 15, n. 3: 879-895.

MALDONADO-TORRES, Nelson. 2008. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramon (coords.) *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central.

MALDONADO-TORRES, Nelson. 2022. *Sobre a colonialidade do ser: contribuições para o desenvolvimento de um conceito*. Rio de Janeiro: Via Verita.

MIGNOLO, Walter D. 2008. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, Língua e Identidade*, Niterói, n. 34: 287-324.

MOMBAÇA, Jota. 2021. *Não vão nos matar agora*. 1. ed. São Paulo: Editora Cobogó.

OLIVEIRA, Iêda Figueiró de. *Do íntimo ao coletivo: figueira infinita em busca da plenitude ontológica [manuscrito]*. 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11477> (Acesso em: 05/04/ 2025).

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. 2017. *O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/47605> (Acesso em: 02/07/2025).

PAIVA, Pietra Conceição Azevedo da Silva. 2020. “*As travas de jardim são unidas*”: *etnografia da performance identitária das travestis em contextos rurais e interioranos do sertão potiguar*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte,

Natal. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/55028bad-2f4e-4aaf-8f30-6a0b873027b3> (Acesso em: 08/06/ 2025).

PUHL, Cristian Anderson. 2025. Gozo, violência e abjeção aos corpos trans no Brasil. *Revista de Estudos Culturais*, São Paulo, n. 10.

PRECIADO, Paul B. 2020. *Um apartamento em Urano: crônicas da travessia*. 1. ed. Tradução Eliana Aguiar; prefácio Virginie Despentes. Rio de Janeiro: Zahar.

QUIJANO, Aníbal. 1989. Colonialidad y modernidad/racionalidad. In: BONILLO, Heraclio (comp.). *Los conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas*. Bogotá: Tercer Mundo Editores, p. 437-447.

QUIJANO, Aníbal. 2000. Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World-Systems Research*, v. 11, n. 2.

QUIJANO, Aníbal. 2005. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANGDER, Edgardo (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, p. 117-142.

RIBEIRO, Djamila. 2019. *Pequeno manual antirracista*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras.

SANTOS, Ariel Dorneles dos. 2021. *Percorrendo corpos-territórios: uma etnografia sobre sociabilidades trans na cidade de Campo Grande – MS*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4762> (Acesso em: 21/02/ 2025).

SANTOS, Boaventura de Sousa. 2010. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina.

SANTOS, Silmária Reis dos. 2024. *Uma Decolonialidade à Brasileira: Perspectivas Decoloniais Entre Historiadores(as) no Brasil*.

SEGATO, Rita. 2012. *Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial*. E-cadernos. Disponível em: <http://eces.revues.org/1533> (Acesso em: 28/02/2025).

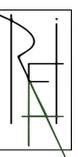
SPIVAK, Gayatri Chakravorty. 2010. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.

VERGUEIRO, Viviane. 2016. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19685/1/VERGUEIRO%20Viviane%20-%20Por%20inflexoes%20decoloniais%20de%20corpos%20e%20identidades%20de%20genero%20inconformes.pdf> (Acesso em: 04/04/ 2025).

Recebido em: 22/02/2025

Aprovado em: 10/07/2025

Publicado em: 12/09/2025



Trans and travesti presence in anthropology

Abstract: The dialogue from Panel Four of the First Central-Western Anthropology Seminar: “Retakes and Resistances in Contemporary Brasil” – anthropologies, counter-epistemologies, and research by trans anthropologists – serves as a basis for rethinking how transgender individuals occupy academic and knowledge spaces. This article addresses the inclusion of transgender and transvestite individuals in the debate of Brazilian anthropology. It questions how concepts of knowledge, epistemology, and the right to speak traverse through a Western and binary framework, which fails to encompass the experiences of transgender and transvestite women. The goal is to investigate how the experiences of transgender and transvestite women alter analytical perspectives in anthropology. The writings emphasize that transgender people not only break with classical anthropology but also challenge current epistemological and ontological perspectives. Thus, including these narratives within the anthropological scope broadens the field to address issues of intersectionality, colonialism, and agency in the post-contemporary context.

Keywords: trans; decoloniality; epistemology; ontology.

Presencia trans y travesti en la antropología

Resumen: El diálogo de la mesa cuatro del I Seminario de Antropología del Centro-Oeste: “Retomadas y resistencias en el Brasil contemporáneo” – antropologías, contraepistemologías e investigaciones de antropólogas trans – sirve de base para repensar la presencia de personas transexuales en los espacios académicos y del conocimiento. Este artículo discute la inserción de personas trans y travestis en la antropología brasileña, cuestionando cómo los conceptos de conocimiento y epistemología, formulados de manera occidental y binaria, excluyen sus experiencias. El objetivo es investigar cómo las vivencias de mujeres transexuales y travestis transforman los análisis antropológicos. Los textos destacan que las personas trans no solo rompen con la antropología clásica, sino que desafían epistemologías y ontologías vigentes. Incluir estas narrativas amplía el campo antropológico para abordar interseccionalidad y colonialismo en el contexto postcontemporáneo.

Palabras clave: trans; descolonialidad; epistemología; ontología.

Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Esta licença permite compartilhar o material para fins não comerciais, desde que seja dado o devido crédito à obra original, sem modificações. Texto da Licença:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

